

Madeira

ASPPM VAI IMPUGNAR EXTENSÃO PERMANENTE NAS SELVAGENS

Miguel Soares diz que antes de ter sido desencadeada qualquer decisão, a estrutura de apoio aos agentes da Polícia Marítima deveria ter sido ouvida. "É obrigatório", sublinha.

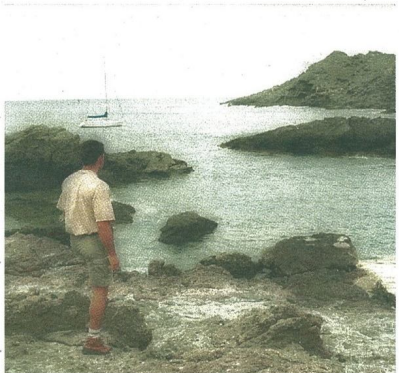
VICTOR HUGO
vhugo@dnoticias.pt

Caso o Governo da República insista em abrir uma extensão permanente da Polícia Marítima nas Selvagens, a Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima (ASPPM) promete "impugnar" através de uma "providência cautelar" a medida.

A ameaça surge na sequência da revelação do secretário de Estado da Defesa, Marcos Perestrelo, logo após ter saído de uma reunião com o presidente do Governo Regional. Na contrarresposta, Miguel Soares, presidente desta Associação, mostrou-se verdadeiramente "surpreendido" com a declaração sem que antes o governante socialista tivesse reunido com a direcção expondo a situação.

"A Lei 53/98 estabelece, precisamente, a obrigatoriedade de serem ouvidas as estruturas representativas sempre que forem formuladas decisões que possam afectar o bem-estar e a qualidade do trabalho dos profissionais da Polícia Marítima. Isto é um imperativo legal. Está estabelecido na lei", expressa de modo claro o responsável máximo pela ASPPM. "É obrigatório que o secretário de Estado o fizesse", acrescenta.

E prossegue: "A consequência deste anúncio não é política. É jurídica. E como tal, quando for emanada uma ordem no sentido de deslocar um agente da Polícia Marítima para as Selvagens, essa norma será certamente sindicada. Será impugnada com a devida providência cautelar,



A ASPPM aplaude o trabalho dos vigilantes, mas separa as águas.

porque viola a lei 53/98", justifica a diligência que será desencadeada explicando de seguida mais motivos pelos quais avançará com o recurso.

"Quando um cidadão é abandonado num espaço que não tem uma sociedade constituída, que não tem um local onde possa ter uma actividade recreativa, desportiva, que, no fundo não possa socializar, essa pessoa está a ser diminuída na sua dignidade e passa a ser equiparado a um animal", observa, reiterando vontade de interpor um procedi-

mento logo que seja emanada a ordem para deslocar agentes para as Selvagens.

Mal-estar
Durante os contactos efectuados pelo DIÁRIO, quer junto da Capitania do Funchal, quer em seguida no interior da Marinha Portuguesa, percebeu-se o incómodo que o comunicado da ASPPM, emitido na segunda-feira, terá causado ao ponto de nos ter sido desafiado perceber qual a representatividade desta as-

sociação percebendo-se que não seria mais do que afirmar a importância que a mesma tem junto do universo da Polícia Marítima.

Foi o que fizemos confrontando o dirigente que adianta estar no exercício do seu segundo mandato (três anos cada). Miguel Soares que é simultaneamente agente de 1.ª classe não esconde a existência do mal-estar entre a ASPPM e a Armada Portuguesa. "Não temos qualquer relação institucional", declara sem rodeios depois de ter sido confrontado com a sugestão.

"Respondo a isso rapidamente até porque não é a primeira vez que ouço esse tipo de declaração, o que não é mais do que tentarem nos diminuir enquanto Associação representativa dos agentes de Polícia Marítima, a única do país", atesta falando de imediato do valor da estrutura.

"A nossa representatividade é 59,6% de acordo com o último balanço social". Pouco? Muito? Segundo o dirigente o universo "não pode ser aferido por aqui".

"O que sucede é que muitas vezes os profissionais, ou se sentem intimidados pela chefia, ou porque se incompatibilizam com alguém dos órgãos sociais, ou porque deixam de pagar quotizações, e em consequência disso, os estatutos estabelecem quais as consequências, neste caso é a perda de qualidade de sócio, ficando um ano fora da Associação. Isto justifica o porquê de 59,6% da representatividade e não de 80 ou 90%", exprime.

Segundo ponto essencial para o

presidente da ASPPM: "Fizemos um inquérito a 92% dos 533 dos que estão no activo para medir a sensibilidade de um conjunto de questões, e posso dizer-lhe que 82% responderam ao documento, o que nos dá legitimidade para poderemos dizer aquilo que está no comunicado"

Vigilantes são voluntários
Perante as justificações apresentadas pela ASPPM quisemos saber o que pensam então das condições encontradas no exercício de funções dos Vigilantes da Natureza destacadas para as Selvagens sendo que, por norma, são substituídos de 15 em 15 dias. A resposta saiu curta e seca: "Aplaudimos o trabalho dos Vigilantes da Natureza que fazem um trabalho exemplar. Mas fazem-no na condição de contratados para o efeito, ou então fazem-no enquanto voluntários. Ou seja ninguém os obriga"

Regime de contratado pode alterar
Esta impugnação que a ASPPM promete realizar junto das instâncias judiciais só poderá ser contrariado se, entretanto, forem dados sinais que será realizado um procedimento contratual específico. "Ai os agentes são livres de aceitar e não poderão se queixar dos seus direitos porque estão a ser violados ou porque a segurança pessoal está colocada em causa".

Resumo do comunicado
A "ASPPM expressa a mais profunda discordância relativamente à pretensão de colocar um agente da Polícia Marítima nas Ilhas Selvagens, como estratégia de afirmação da presença do Estado num espaço territorial do arquipélago da Madeira", refere a associação em comunicado. Esta estrutura de apoio aos

9.455
área total em hectares da Reserva Natural das Ilhas Selvagens.

3
As Ilhas Selvagens compreendem três ilhas: Selvagem Grande, Selvagem Pequena e Ilhéu de Fora.

163
O ponto mais alto é atingido no Pico da Atalala, a 163 metros, onde existe um Farol. A Selvagem Pequena apresenta forma irregular, perfil baixo e achatado. Atinge uma altitude máxima de 49 metros, no Pico do Veado, onde existe um Farol.

18
O Ilhéu de Fora é a mais pequena das três ilhas. A altitude máxima é atingida no Pitão Pequeno, com 18 metros.

agentes manifestou-se contra a decisão considerando que a permanência numa ilha desabitada "ofende a dignidade da pessoa humana".

A extensão permanente será dotada de duas lanchas aptas a promover a vigilância, o controlo e a fiscalização da área, em coordenação com os vigilantes da natureza que já lá estão sediados.

A ASPPM argumenta que esta é uma situação "apenas equiparável à aplicação de penas de exílio, com a diferença de ser imposto pelo Estado de Direito a um dos cidadãos", visto que aquele território não está dotado de infraestruturas básicas, comunicações, comércio, serviços, de assistência médica e medicamentos.

Para esta associação, a permanência de um elemento da Polícia Marítima nas Selvagens "não afirma a soberania daquele espaço do território nacional, mas sim o desprezo pela dignidade dos profissionais" desta força.

A eterna discussão
A problemática em torno das ilhas Selvagens volta à ordem do dia. Não é de agora que o assunto vem à baila existindo processos litigiosos que opõem Portugal e Espanha na questão da exploração marítima das "ilhas" que ficam a 165 quilómetros de Tenerife. As dúvidas sobre o limite da Zona Económica Exclusiva de Portugal afectam o reconhecimento das águas de Canárias sempre foi um campo de batalha que coloca frente-a-frente espanhóis e portugueses.

Desconhece-se se há riquesas escondidas no fundo do mar, a 4 mil metros de profundidade, embora note haver especulações relativas à presença de depósitos de vários metais. Uma coisa é certa. A riqueza da diversidade marinha. É uma espécie de santuário em termos de flora e fauna sobretudo de aves migratórias. Ainda recentemente a National Geographic Pristine Seas entregou ao Governo Regional os resultados científicos e o filme da expedição científica que realizou às ilhas, concluindo, após uma expedição a importância das Selvagens. Foram encontradas 51 espécies de peixes, como garoupas ou xareus, mais 24 grupos de profundidade e 47 grupos de algas.

www.dnoticias.pt
A ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA TEM RAZÃO AO RECLAMAR VIGIAR AS SELVAGENS?

LINHA DO TEMPO

- 1768 - A primeira visita com fins de carácter científico foi feita pelo capitão James Cook em 1768
- 1911 - Governo espanhol comunica a Portugal que vai incorporar as Selvagens nas Canárias.
- 1938 - Comissão Permanente de Direito Marítimo Internacional confirma a soberania portuguesa.
- 1972 - Apreendidas nas Selvagens dois barcos de pesca espanhóis.
- 1975 - Espanhóis hasteiam a sua bandeira na Selvagem Grande.
- 1991 - Presidente Mário Soares visita as ilhas.
- 1993 - Um eurodeputado espanhol especula no parlamento europeu sobre a soberania lusá.
- 1993 - Presidente Jorge Sampaio visita as ilhas.
- 1996 - Helicóptero da Força Aérea Espanhola aterrou na Selvagem Grande.
- 1997 - Registo de voos a baixa altitude de aviões militares espanhóis nas Selvagens.
- 2002 - Selvagens aparecem "avariadas" as Canárias no site da Comissão Europeia. Portugal apresenta protesto.
- 2013 - Presidente Cavaco Silva visita as ilhas.

CONGRATULAÇÃO

PS-M toma dado como adquirido

O PS-Madeira emitiu ontem um comunicado onde se congratula "com a posição do Governo da República, pelo facto de garantir a soberania nas Ilhas Selvagens, reforçando, a presença do Estado através da extensão da delegação marítima da Madeira na Selvagem Grande, com a permanência ainda de duas lanchas, aptas a promover o controlo e a vigilância desta zona, e do radar de vigilância da área marítima adjacente às ilhas".

Os socialistas madeirenses tomam aquele compromisso como um dado adquirido e lembram nas palavras de Carlos Pereira após a viagem que a comitiva do PS-Madeira realizou, no ano passado, às Ilhas Selvagens.

Carlos Pereira considerou, neste âmbito, que devia constar na agenda política o facto de as Selvagens serem importantes para a Madeira e para Portugal na definição da zona económica exclusiva e, por essa razão, garantir que seria criado um grupo de trabalho informal, no quadro do Conselho Estratégico, para apresentar propostas na Assembleia sobre esta questão, para que a intervenção fosse mais eficaz.

Nesse contexto, prossegue o comunicado assinado pelo vice-presidente Thomas Dellinger, "foi também transmitido pelo partido que seria realizado um debate público sobre as questões de soberania das Selvagens em Lisboa, uma vez que o PS-M entendia que só assim seria realizado um debate profícuo sobre as necessidades/desafios das Selvagens". Ainda, assim, "na reunião do PS-M com a ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, em Janeiro, o tema voltou a ser analisado, vincando a actividade humana e o empenho do Estado na salvaguarda dos interesses nacionais e regionais".

"Éis que, após, o esforço levado a cabo pelo PS-M, junto ao Governo da República, e a sequência do programa apresentado nas eleições legislativas, esta matéria foi preconizada, tratando-se de mais uma promessa cumprida pelos socialistas, reafirmando-se não só no reforço da vigilância, através da colaboração de um polícia marítimo e um militarizado da Marinha, que passarão a acompanhar os vigilantes que lá se encontram, mas também na extensão da delegação marítima que permitirá, por seu turno, requerer autorizações de pesca", conclui o comunicado do PS-Madeira.

Notícias mais recentes:

- 25 DE SETEMBRO DE 2007** - Espanha obrigada a explicar voos rasantes nas Selvagens
- 17 DE JULHO 2013** - Cavaco gasta 160 mil euros na visita às Selvagens
- 1 DE SETEMBRO 2013** - Espanha insiste no mar das Selvagens
- 2 DE SETEMBRO DE 2013** - Alerta à ONU antes da visita de Cavaco por causa da Zona Económica Exclusiva
- 23 DE SETEMBRO 2014** - Espanhóis voltam a coibir mar das Selvagens
- 24 DE SETEMBRO DE 2014** - Bandeira independentista canária hasteada esta manhã nas Selvagens
- 25 DE SETEMBRO DE 2014** - Lisboa na 'reconquista' selvagens
- 30 DE DEZEMBRO DE 2014** - Castigo pela presença não autorizada de dois canários pode nem chegar a 4 euros
- 29 DE DEZEMBRO DE 2014** - Espanha reivindica Selvagens
- 13 DE ABRIL DE 2015** - Lisboa e Madrid descartam ONU sobre "caso" Selvagens

DISTRIBUIDOR CADEIRAS Bear Chair

Rua da Carreira, 136 | Tel: 291 244 215
nesgadeluz@gmail.com
www.facebook.com/NesgaLuz